

Concessionária do Aeroporto de Salvador S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Período de 12 de Junho a
31 de Dezembro de 2017 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Concessionária do Aeroporto de Salvador S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária do Aeroporto de Salvador S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 203 dias compreendido entre 12 de junho de 2017 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2017, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária do Aeroporto de Salvador S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 203 dias compreendido entre 12 de junho a 31 de dezembro de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de 203 dias compreendido entre 12 de junho a 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação está sendo realizada de forma voluntária, foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 19 de abril de 2018



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" BA



Antonio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC nº 1 RJ 065976/O-4

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE SALVADOR S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

<u>ATIVOS</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/17</u>	<u>PASSIVOS</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/17</u>
ATIVOS CIRCULANTES			PASSIVOS CIRCULANTES		
Caixa e equivalentes de caixa	5	20.387	Fornecedores e contas a pagar		11.726
Impostos a recuperar		272	Obrigações trabalhistas		928
Despesas antecipadas	7	2.422	Impostos a recolher		237
Adiantamentos diversos		75	Total dos passivos circulantes		<u>12.891</u>
Total dos ativos circulantes		<u>23.156</u>			
ATIVOS NÃO CIRCULANTES			PASSIVOS NÃO CIRCULANTES		
Impostos diferidos ativos	15	11.221	Provisão para manutenção	9	1.340
Imobilizado		72	Outorga da concessão a pagar	10	259.070
Intangível	8	923.789	Total dos passivos não circulantes		<u>260.410</u>
Total dos ativos não circulantes		<u>935.082</u>	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Capital social	11	706.041
			Custos na emissão de ações		(2.656)
			Prejuízo acumulado		(18.448)
			Total do patrimônio líquido		<u>684.937</u>
TOTAL DOS ATIVOS		<u><u>958.238</u></u>	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>958.238</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE SALVADOR S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O PERÍODO DE 12 DE JUNHO A 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil, exceto o prejuízo por ação)

	Nota explicativa	31/12/17
RECEITA LÍQUIDA	12	9.688
Custo de construção	13	(9.688)
Demais custos	13	(11.566)
PREJUÍZO BRUTO		<u>(11.566)</u>
DESPESAS		
Despesas gerais e administrativas	13	(8.565)
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS IMPOSTOS SOBRE O LUCRO		<u>(20.131)</u>
Receitas financeiras	14	256
Despesas financeiras	14	<u>(9.794)</u>
Total		<u>(9.538)</u>
PREJUÍZO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		<u>(29.669)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	11.221
PREJUÍZO DO PERÍODO		<u><u>(18.448)</u></u>
PREJUÍZO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO - em Reais R\$	18	<u><u>(0,03)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE SALVADOR S.A.
(Companhia em fase pré-operacional)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O PERÍODO DE 12 DE JUNHO A 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

	<u>31/12/17</u>
PREJUÍZO DO PERÍODO	(18.448)
Outros resultados abrangentes	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	<u>(18.448)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE SALVADOR S.A.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O PERÍODO DE 12 DE JUNHO A 31 DE DEZEMBRO DE 2017**
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Nota explicativa	Capital social				Patrimônio líquido
	Integralizado	Custo na emissão de ações	Prejuízo acumulado		
11.1	1	-	-	1	
11.1	706.040	-	-	706.040	
11.2	-	(2.656)	-	(2.656)	
	-	-	(18.448)	(18.448)	
	<u>706.041</u>	<u>(2.656)</u>	<u>(18.448)</u>	<u>684.937</u>	

Constituição do capital social em 12 de junho de 2017

Aumento de capital social

Custos na emissão de ações

Prejuízo do período

SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE SALVADOR S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O PERÍODO DE 12 DE JUNHO A 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/17
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo do período		(18.448)
Ajustes para conciliar o prejuízo do período com caixa aplicado nas atividades operacionais:		
Impostos de renda e contribuição social diferidos	15	(11.221)
Depreciação e amortização	8 e 13	10.226
Encargos sobre outorga da concessão a pagar	10 e 14	9.630
Provisão para manutenção técnica	9 e 13	1.340
Redução nos ativos operacionais:		
Impostos a recuperar		(272)
Despesas antecipadas		(2.422)
Adiantamentos diversos		(75)
Aumento nos passivos operacionais:		
Fornecedores e contas a pagar		3.609
Obrigações trabalhistas		928
Impostos a recolher		237
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		<u>(6.468)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição do imobilizado		(72)
Aquisição do intangível	8 e 19	<u>(676.458)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(676.530)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumentos de capital	11.1	706.041
Custos na emissão de ações	11.2	<u>(2.656)</u>
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		703.385
AUMENTO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u><u>20.387</u></u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do período		-
No fim do período	5	20.387
AUMENTO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u><u>20.387</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE SALVADOR S.A.

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
PARA O PERÍODO DE 12 DE JUNHO A 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

	Nota explicativa	<u>31/12/17</u>
RECEITAS		
Receitas de construção	12	9.688
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Custos de construção	12	(9.688)
Materias, energia, serviços de terceiros e outros		(7.117)
VALOR ADICIONADO BRUTO		<u>(7.117)</u>
Depreciação e amortização	8 e 13	(10.226)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE		<u>(17.343)</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras		256
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		<u><u>(17.087)</u></u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal:		
Remuneração direta		2.167
Benefícios		544
FGTS		89
Impostos, taxas e contribuições:		
Federais		(11.229)
Estaduais		1
Municipais		1
Remuneração de capitais de terceiros:		
Juros	10 e 14	9.630
Outros		158
Remuneração de capitais próprios:		
Prejuízo do período		(18.448)
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO		<u><u>(17.087)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE SALVADOR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO DE 12 DE JUNHO A 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessionária do Aeroporto de Salvador S.A. ("CASSA" ou "Companhia") foi constituída em 12 de junho de 2017 e tem por objeto social exclusivo a exploração, sob o regime de concessão do Aeroporto de Salvador - Deputado Luís Eduardo Magalhães ("Aeroporto de Salvador"), a prestação dos serviços de execução, gestão e fiscalização dos serviços necessários à ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto de Salvador.

Contrato de concessão

Em 28 de julho de 2017, a Companhia e a Agência Nacional de Aviação Civil ("ANAC" ou "Poder Concedente") assinaram o contrato de concessão do Aeroporto de Salvador, decorrente do Edital de concessão nº 01/2016, com o período correspondente a 30 anos extensível por mais 5 anos.

O contrato tem por objeto a concessão dos serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura e do complexo aeroportuário composto pelas seguintes fases:

- (a) FASE I-A - Transferência das operações do aeroporto sob comando Infraero para a Companhia.
- (b) FASE I-B - Reforma e ampliação do aeroporto pela Companhia para adequação da infraestrutura e melhoria do nível de serviço com prazo requerido até outubro de 2019.
- (c) FASE I-C - Demais fases de ampliação, manutenção e exploração do aeroporto para recomposição total do nível de serviço estabelecido no Plano de Exploração Aeroportuária - ("PEA").
- (d) FASE II - Demais fases de ampliação, manutenção e exploração do aeroporto para o atendimento aos parâmetros mínimos de dimensionamento previsto no PEA.

A Fase I-A está dividida em três estágios assim compostos:

- i. apresentação pela Companhia e aprovação pela ANAC de um plano de transferência das operações do Aeroporto de Salvador (Plano de Transferência Operacional - PTO). Durante este estágio a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária ("Infraero") ainda era responsável pelas operações do Aeroporto de Salvador. O PTO foi aprovado no dia 23 de outubro de 2017.
- ii. execução do Plano de Transferência e operação assistida. Neste estágio a Infraero permanece como responsável pelo Aeroporto de Salvador com o monitoramento direto da Companhia. Esse estágio foi concluído em 1 de janeiro de 2018.
- iii. operação de transição - neste último estágio da fase I-A, que iniciou em 2 de janeiro de 2018 a Companhia passa a ter a responsabilidade pelo Aeroporto de Salvador com o apoio da Infraero. A partir desse estágio a Companhia já é responsável por toda a operação e todas as áreas correlatas. A partir dessa fase a Companhia reconhece as receitas e custos associados às operações do Aeroporto de Salvador. Este estágio tem duração de no mínimo 3 meses e no máximo 6 meses.

Integram a concessão os bens necessários para a prestação do serviço de exploração aeroportuária disponibilizados pelo poder público e incorporados pela Companhia. Os investimentos em obras e intervenções nos bens do poder público, previstos no contrato de concessão, não são passíveis de reembolso. Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados a infraestrutura do complexo aeroportuário.

Pelo direito de exploração do complexo aeroportuário do Aeroporto de Salvador, a Companhia pagou uma contribuição inicial fixa de R\$663.966 (seiscentos e sessenta e três milhões, novecentos e sessenta e seis mil reais), decorrente da oferta realizada no respectivo leilão, e se obriga a pagar à União uma contribuição futura fixa, corrigida pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA, referente ao valor nominal de R\$889.402 (oitocentos e oitenta e nove milhões, quatrocentos e dois mil reais) a serem pagos em parcelas anuais pelo período de 30 anos, sendo cinco de carência inicial, assim compostos:

Descrição	Período	Contribuição
1º ao 5º ano	30/08/2017 a 29/08/2022	-
6º ano	30/08/2022 a 29/08/2023	8.085
7º ano	30/08/2023 a 29/08/2024	16.171
8º ano	30/08/2024 a 29/08/2025	24.256
9º ano	30/08/2025 a 29/08/2026	32.352
10º ao 30º ano	30/08/2026 a 30/08/2046	40.427

Adicionalmente, a Companhia pagará ao poder concedente contribuição variável no percentual de 5% sobre a receita bruta (não incidente sobre a receita de construção reconhecida como efeito da *Interpretação Técnica - Contratos de Concessão - ICPC 01(R1)*).

Como parte das atividades de concessão, a Companhia será remunerada pelas receitas tarifárias de: embarque, conexão, pouso, permanência, armazenagem e capatazia e receitas não tarifárias à exploração de atividades econômicas que envolvam a utilização de espaços no complexo aeroportuário.

A Companhia não presta serviços auxiliares ao transporte aéreo que não sejam remunerados por meio de receita tarifária.

Conforme acima mencionado, até 31 de dezembro de 2017 a Companhia encontra-se em fase de transferência operacional da antiga operadora Infraero e sem receitas operacionais, sendo as suas atividades mantidas através dos aportes de recursos de seus acionistas. A Administração analisou o plano de negócio e entende que o modelo é suficiente para manter a continuidade das operações. A Administração analisou as obrigações de gastos necessários para cumprir com o contrato de concessão e entende que esses recursos serão suportados por financiamento de terceiros e/ou aporte de acionista.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e com as normas internacionais de relatório financeiro ("*International Financial Reporting Standards - IFRS*"), emitidas pelo "*International Accounting Standards Board - IASB*".

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão evidenciadas e correspondem às práticas utilizadas na sua gestão.

Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor dos ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

A Companhia foi constituída em 12 de junho de 2017. Por essa razão não há saldos comparativos a serem apresentados.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão descritas a seguir.

3.1. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

3.1.1. Ativos financeiros

Classificação e mensuração - Os ativos financeiros mantidos pela Companhia, quando aplicável são classificados sob as seguintes categorias: (a) ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado; (b) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (c) ativos financeiros disponíveis para venda; e (d) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nesta classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados no ativo não circulante). Em 31 de dezembro de 2017, compreendem a rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" (Nota 5).

Caixa e equivalentes de caixa são avaliados ao custo e compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista, aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

3.1.2. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como "Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado" - os quais não são aplicáveis à Companhia - ou "Outros passivos financeiros".

Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo Outorga da Concessão a pagar, fornecedores e outras contas a pagar) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, acrescidos de multa por inadimplências.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.2. Despesas antecipadas

As despesas antecipadas, compostas por prêmios de seguros a apropriar, são avaliadas ao custo, líquidas das amortizações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência do seguro.

3.3. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que a renda estiver relacionada com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente; nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los na apuração tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaborados e fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data de divulgação das demonstrações financeiras.

3.4. Outros ativos

Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação.

3.5. Ativos intangíveis

(i) Infraestrutura

Nos termos do contrato de concessão e dentro do alcance da Interpretação Técnica - ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, a Companhia atua como prestadora de serviços, construindo ou melhorando a infraestrutura usada para prestar um serviço público, bem como operando e mantendo essa infraestrutura durante determinado prazo. O contrato de concessão estabelecido entre a ANAC - Agência Nacional de Aviação Civil e a Companhia não determina nenhuma remuneração em ativos financeiros. Dessa forma, a remuneração se dará pela exploração da infraestrutura. O contrato estabelece também o pagamento pela Companhia ao poder concedente em ativos financeiros além da obrigação de ampliação da infraestrutura existente. As construções efetuadas durante o prazo de concessão serão entregues ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço prestado, e a receita será subsequentemente gerada pelos serviços prestado aos usuários.

A amortização deste ativo intangível, representado pelos dispêndios realizados para ampliar a estrutura aeroportuária, é reconhecida no resultado do exercício em base linear ao longo do prazo de concessão do aeroporto, respeitando a vida útil do bem corpóreo.

(ii) Software

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os ativos e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável às taxas anuais mencionadas na Nota 8.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

(iii) Direito de outorga

O contrato de concessão obtido pela Companhia junto ao poder concedente se enquadra como um contrato de execução. Dessa forma, o gasto com o direito de outorga da concessão foi registrado a valor presente, sendo a amortização calculada em base linear ao longo do prazo da concessão e as despesas financeiras provenientes da atualização monetária registradas no resultado do exercício, de acordo com a competência.

3.6. Outorga da concessão a pagar

Representa as obrigações a pagar ao Poder Concedente pelo direito de exploração do Aeroporto de Salvador que são registradas inicialmente a valor presente, amortizados pelas liquidações financeiras e estão registradas no passivo não circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento inferior a 12 meses após a data do balanço.

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se a taxa de juros real de 7,79% a.a., taxa equivalente de mercado estimada por juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno da concessão.

3.7. Provisão para manutenção técnica

A Concessionária possui a prática de efetuar grandes paradas de manutenção técnica, em intervalos regulares durante a vida útil econômica do bem. Essas manutenções são efetuadas para restaurar ou manter os padrões originais de desempenho técnicos previstos. Para tal, é necessária a realização de programas de manutenção pesada, cujos custos estimados pela Companhia são provisionados em bases mensais, para refletir o total das despesas e dos gastos a incorrer no período planejado da manutenção. Vide Nota 9.

3.8. Outros passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes das operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando há efeito relevante.

3.9. Reconhecimento de receita

(i) Receitas de serviços

A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços.

Receita de serviços tarifários são reconhecidas quando há a efetiva utilização dos serviços, dos equipamentos, das instalações e das facilidades disponíveis no aeroporto. Contemplam as tarifas de embarque, conexão, pouso, permanência, armazenagem e capatazia.

Receitas de serviços não tarifários contemplam a exploração de atividades econômicas no aeroporto de cessão de espaços, estacionamentos e outros serviços auxiliares às áreas comerciais do sítio aeroportuário. Estas receitas não são regidas por nenhuma regra estabelecida pelo poder concedente, são negociadas livremente entre as partes contratadas e registradas mediante a evidência dos serviços prestados.

(ii) Receita de construção

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o CPC 17 - Contratos de Construção. Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços de construção, quando incorridos.

A administração entende, baseado em cálculos suporte, que a margem de supervisão das obras é imaterial para fins de mensuração. Logo, receita de construção é reconhecida sobre os custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão, com margem próxima a 0%.

No período de 12 de junho a 31 de dezembro de 2017 a receita e custo de construção representa o montante de R\$9.688.

3.10. Prejuízo por ação

A Companhia efetua os cálculos do prejuízo por ação básico utilizando o número médio ponderado de ações totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

3.11. Demonstração do Valor Adicionado - DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pelo órgão regulador, como parte de suas demonstrações financeiras e como informação suplementar para fins de IFRSs, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros de coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.12. Mudanças das práticas contábeis e divulgações

Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

A Companhia não adotou de forma antecipada e está avaliando os impactos nas divulgações ou montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras referentes às IFRSs novas e revisadas a seguir:

Norma	Descrição	Impacto
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros ¹	Mudanças na classificação e mensuração, principalmente na mensuração de perda de valor recuperável e contabilização de hedge.	A Companhia avaliou os principais aspectos da norma e entende que não terá impacto na classificação e mensuração de perdas dos seus ativos e passivos financeiros, bem como em relação à contabilização de hedge, por não possuir nenhuma operação desta natureza.
IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes ¹	Introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substituirá as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo a IAS 18 / CPC 30 (R1) Receitas, IAS 11 / CPC 17 (R1) Contratos de Construção e o IFRIC 13 Interpretação A - Programas de Fidelidade com o Cliente.	A Companhia avaliou os impactos e concluiu que não terá impactos significativos oriundos da adoção.

Norma	Descrição	Impacto
IFRS 16 – Arrendamento Mercantil ²	Introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A IFRS 16 substituirá as normas de arrendamento existentes, incluindo a IAS 17 / CPC 06 (R1) Operações de Arrendamento Mercantil e o IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 / ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.	A Companhia avaliou os impactos em suas Demonstrações Financeiras e concluiu que não há efeito por não possuir nenhuma operação desta natureza.
Alterações à IFRS 2 / CPC 10 (R1) – Classificação e mensuração de remuneração baseada em ações ¹	Descreve sobre as modificações de opções para liquidação em ações.	A Companhia avaliou os impactos das alterações, e concluiu que não há efeitos em suas demonstrações por não possuir nenhuma operação desta natureza.

¹Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

²Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.

4. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS APRESENTADAS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As demonstrações financeiras da Companhia são revistas de maneira contínua, e para o período de 12 de junho a 31 de dezembro de 2017 incluem, portanto, estimativas que possuem risco significativo de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício, principalmente quanto à determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas pelo método linear, equivalente ao longo do prazo da concessão, e a projeção para reconhecimento e realização de imposto de renda e contribuição social diferidos e outras similares que, não obstante refletirem a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos resultados reais.

Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece imposto de renda e contribuição social diferidos ativos com base nas novas projeções dos lucros tributáveis futuros. Na determinação desses montantes foram utilizadas as alíquotas previstas para recuperação ou liquidação desses valores.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, prejuízo fiscal e base negativa, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas (Nota 15).

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada período e quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo será ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

(b) Amortização dos ativos intangíveis

A Companhia reconhece o efeito da amortização dos ativos intangíveis, decorrentes do contrato de concessão, através do método linear, limitado ao prazo final da concessão. A Administração entende que é a melhor estimativa para refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuro incorporados no ativo.

(c) Provisão para manutenção técnica

As provisões para manutenções técnicas representam os gastos estimados para manter as superfícies pavimentadas do aeroporto nos níveis mínimos de qualidade, conforme critérios estabelecidos no contrato de concessão. Os valores são reconhecidos proporcionalmente à medida da passagem do tempo e foram levantados com base em estudos técnicos realizados internamente, de modo a refletir a melhor estimativa dos gastos que serão incorridos.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

31/12/17

Bancos conta movimento

20.387

6. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas são:

	Saldos contábeis			Transações
	Fornecedores	Intangível		Despesas
	(b)			(b)
VINCI Airports SAS	3.943	816	(a)	3.943
OEngenharia	-	159	(c)	-
Soletanche Freyssinet	80	-		80
C.I.I.B - Centro de Integração Industrial Brasileira	-	980	(c)	-
Total	<u>4.023</u>	<u>975</u>		<u>4.023</u>

(a) Refere-se a gastos com reembolso de seguro de *performance bond* contratado pelo acionista VINCI Airports SAS. Maiores detalhes, vide Nota 15.

(b) Refere-se a gastos incorridos e saldos a pagar com partes relacionadas de reembolso de despesas efetuadas durante a fase pré-operacional e apoio na implantação de projetos.

(c) Refere-se a contratação de serviços de engenharia na obra de expansão do complexo aeroportuário de Salvador.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Controladora, que incluem os membros da diretoria estatutária, está composta como segue:

	<u>Proventos e encargos</u>
Diretoria	704

7. **DESPESAS ANTECIPADAS**

Em 31 de dezembro de 2017, o montante de R\$2.422 da rubrica despesas antecipadas representa os gastos com seguros, os quais serão apropriados pelo prazo de cobertura dos contratos.

8. **INTANGÍVEL**

A composição e movimentação do intangível está representada a seguir:

(i) Composição do intangível

	<u>Taxa anual de amortização</u>	<u>Saldo em 31/12/17</u>
<u>Direito de outorga da concessão</u>		
Contribuição fixa e custos associados	3,33%	913.809
Intangível em formação	(*)	9.688
Software	25%-50%	292
Total		<u>923.789</u>

(*) A ser amortizado quando da finalização da obra.

(ii) Movimentação do intangível

	<u>Aquisição</u>	<u>Amortização</u>	<u>Saldo em 31/12/17</u>
Contribuição fixa e custos associados	924.019	(10.210)	913.809
Intangível em formação	9.688	-	9.688
Software	308	(16)	292
Total	<u>934.015</u>	<u>(10.226)</u>	<u>923.789</u>

9. **PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO TÉCNICA**

Em 31 de dezembro de 2017, o montante de R\$1.340 da rubrica provisão para manutenção técnica representa os gastos previstos para realização de programas de manutenção pesada, referentes principalmente às pistas de pouso e decolagem, em intervalos regulares, com previsão de gastos mais relevantes a partir de 2022.

10. OUTORGA DA CONCESSÃO A PAGAR

	<u>31/12/17</u>
Contribuição futura fixa	249.440
Encargos sobre outorga de concessão a pagar	<u>9.630</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>259.070</u>

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

11.1. Capital social

Em 12 de junho de 2017, a Companhia foi constituída mediante a emissão de 1.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo 990 ações emitidas pela VINCI Airports SAS ("VINCI") e 10 ações emitidas pela Vinci Airports Brasil - Participações Ltda. ("Participações"), no valor de R\$1,00 cada uma, totalmente subscritas e integralizadas pelos acionistas Vinci e Participações.

Em 26 de junho de 2017, foi aprovado aumento de capital social da Companhia no valor de R\$1.012.582, representado por 1.012.581.701 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e a integralizar, pelos acionistas.

Em 21 de julho de 2017 foram integralizados pelos acionistas VINCI e Participações, os montantes de R\$698.980 e R\$7.061, respectivamente, no capital da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social e o quadro acionário da Companhia está representado a seguir:

Acionista	Part.(%)	Ações nominais	Capital		
			Subscrito	A integralizar	Integralizado
Vinci Airports SAS	99%	1.002.455.884	1.002.456	303.475	698.981
Vinci Airports Brasil - Participações Ltda.	1%	10.125.817	10.126	3.065	7.060
Total	100%	1.012.581.701	1.012.582	306.540	706.041

11.2. Custos na emissão de ações

A companhia registra todos os custos das operações com emissão de ações em rubrica específica. Esses valores referem-se a certos gastos diretamente ligados à operação de aumento de capital, o qual para 31 de dezembro de 2017 monta o valor de R\$2.656.

12. RECEITA LÍQUIDA

	<u>31/12/17</u>
Receita de construção	<u>9.688</u>

Maiores detalhes sobre a natureza da receita de construção, vide Notas nº 3.9(i) e nº 13.

13. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	<u>31/12/17</u>
Salários e encargos	(2.800)
Viagens	(2.296)
Consultoria	(1.679)
Provisão para manutenção	(1.340)
Custos de construção	(9.688)
Depreciação e amortização	(10.226)
Outros	(1.790)
Total	<u>(29.819)</u>
Custos de construção (vide Notas 3.9.(i) e 12)	(9.688)
Demais custos	(11.566)
Despesas gerais e administrativas	(8.565)
Total	<u>(29.819)</u>

14. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/17</u>
Receitas financeiras-	
Juros sobre aplicação financeira	256
Despesas financeiras:	
Encargos sobre outorga de concessão a pagar	(9.630)
Outros	(164)
	<u>(9.794)</u>
Total	<u>(9.538)</u>

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

	<u>31/12/17</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(29.669)
Alíquotas combinada nominais - %	34%
Imposto calculado às alíquotas nominais	10.088
Adições permanentes:	
Efeitos de ajustes a valor presente - outorga da concessão	(2.154)
Outras despesas indedutíveis	(32)
Exclusões permanentes:	
Custos na emissão de ações	903
Efeitos de ajustes a valor presente - intangível	2.418
Despesa com imposto de renda e contribuição social - diferidos	<u>11.221</u>

O saldo de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social em 31 de dezembro de 2017 é de R\$26.351 o qual, de acordo com as projeções da administração, serão utilizados em 2018 (R\$23.334) e 2019 (R\$3.017).

16. COBERTURA DE SEGURO

Seguro Riscos Operacionais (AIG Seguros)

A Companhia contratou, a cobertura de seguro para cobertura pessoal ou de terceiros o pagamento e/ou reembolso das quantias devidas ou a pagar a terceiros a título de reparação de danos, estipuladas por tribunal cível ou por acordo aprovado pela seguradora, com vigência até 21 de agosto de 2018 e cobertura variável de acordo com os eventos ocorridos, considerado suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Seguro de responsabilidade civil ambiental (XL CATLIN)

A Companhia, contratou a cobertura de seguro no valor de R\$36.600 com vigência até 31 de dezembro de 2018 para indenizações por danos civis, em sentença judicial transitada em julgado ou em acordo autorizado pela seguradora, de risco de poluição e/ou contaminação ambiental (súbita e acidental), danos corporais e/ou materiais sofridos por terceiros, danos morais diretamente decorrentes de danos materiais e/ou corporais causados a terceiros, considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de suas atividades.

Seguro de riscos diversos (AIG SEGUROS)

Em 21 de agosto de 2017, com vigência até 31 de dezembro de 2018 com cobertura de seguro no valor de R\$340.000 para casos de danos a estrutura e a terceiros em casos de tumulto, greves entre outros riscos diversos.

Seguro de responsabilidade civil aeronáutica (Allianz)

Seguro com cobertura de lesões corporais ou danos materiais causados por uma ocorrência em excesso à limitação da responsabilidade civil. Com vigência de 21 de agosto de 2017 a 21 de agosto de 2018 com um limite de indenizações em caso de sinistro de R\$789.815.

Seguro Performance Bond

Este seguro abrange as obrigações no contrato de concessão (R\$228.000 até o final da fase 1B e subsequentemente reduzido para R\$114.000 uma vez que os investimentos são aprovados pela ANAC). O seguro tem a finalidade de garantir à ANAC as obrigações contratuais da concessão, com vigência até 28 de janeiro de 2020.

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

a) Considerações gerais

No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado - taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva determinam as estratégias a serem adotadas a cada circunstância e riscos inerentes.

b) Gestão do risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, que elaboraram um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Maior que 5 anos	Total
Fornecedores	11.726	-	-	-	11.726
Provisão para manutenção técnica	-	328	1.012	-	1.340
Outorga da concessão a pagar	-	-	-	889.402	889.402
Total	11.726	328	1.012	889.402	902.468

c) Gestão do risco de capital

	31/12/17
Dívida da outorga de concessão a pagar	259.070
(-) Caixa e equivalentes	(20.387)
Dívida Líquida	238.683
Patrimônio líquido	684.937
Índice de alavancagem financeira	35%

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

d) Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. A Companhia está exposta a riscos de oscilações do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA o qual é base para correção do passivo da outorga da concessão.

A tabela abaixo detalha a análise de sensibilidade da exposição ao IPCA do instrumento financeiro relativo ao passivo da outorga da concessão para 31 de dezembro de 2017 considerando percentual de 10%. A análise é preparada assumindo que o valor do instrumento financeiro em aberto no final do exercício esteve em aberto durante todo o exercício seguinte. O percentual de 10% é a taxa média de sensibilidade utilizada para apresentar internamente os riscos de variação no índice de preço ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças do IPCA.

Um número negativo indica um aumento no resultado e no patrimônio quando o IPCA aumenta em 10% e todas as outras variáveis se mantêm constantes.

Saldos	Risco	Impacto no resultado e patrimônio
Outorga da concessão a pagar	Aumento do IPCA	(764)

Para expectativa do saldo do passivo da outorga da concessão ao final do exercício foi considerado as taxas futuras do IPCA de 3,24% o qual representa um incremento de 10% no índice acumulado nos últimos dozes meses findos em 31 de dezembro de 2017 que monta 2,95%.

e) Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros referentes aos ativos e passivos da Companhia equivalem, em 31 de dezembro de 2017, aproximadamente, aos seus valores de mercado e estão devidamente apresentados. Os efeitos de ganhos e perdas são reconhecidos no resultado à medida que são auferidos e incorridos.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

18. PREJUÍZO POR AÇÃO BÁSICO

O prejuízo básico por lote de ações é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o período.

	<u>31/12/17</u>
Prejuízo do período	(18.448)
Média ponderada das ações ordinárias (em milhares de ações)	<u>569.726</u>
Prejuízo por ação	<u>(0,03)</u>

19. TRANSAÇÃO NÃO CAIXA

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia realizou as seguintes operações não envolvendo caixa; portanto, essas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	<u>31/12/17</u>
Reconhecimento de intangível relativo a passivo de outorga de concessão	249.440
Custos de formação do intangível em fornecedores	8.117

20. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os membros da Administração da Companhia examinaram o conjunto completo das demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, e concluíram que as referidas demonstrações traduzem com propriedade sua posição patrimonial e financeira e as aprovaram em 18 de abril de 2018.

21. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 19 de janeiro de 2018, o acionista VINCI Airports SAS integralizou capital no montante de R\$33.126.

